



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
CENTRO ADMINISTRATIVO GOVERNADOR VIRGÍLIO TÁVORA
Av. Cel. Afonso Albuquerque de Lima, s/n – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP: 60.830-120

Ofício Circular nº 204/2023-CGJUCGJ

Fortaleza, DATA DA ASSINATURA DIGITAL

Aos(as) Senhores Juízes(as) Corregedores(as) Permanentes do Estado do Ceará

Aos(as) Senhores(as) Notários(as) e Registradores(as) do Estado do Ceará

Excelentíssimos(as) Senhores(as),

Com os cumprimentos de estilo, venho, por meio deste, COMUNICAR ao público em geral e às autoridades interessadas, especialmente aos(às) Senhores(as) Juízes(as) Corregedores Permanentes, Notários e Registradores das Serventias Extrajudiciais do Estado do Ceará, sobre descumprimento de prazos para o protesto de títulos, conforme documento encaminhado pelo Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil – IEPTB.

Atenciosamente,

DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS
Corregedora-Geral da Justiça

Pedido de Providências. Descumprimento de prazos e inadimplentes. Bloqueio individual de serventias extrajudiciais irregulares.

Instituto de Estudos e Pesquisa de Protestos do Brasil - Ceará

<dptojuridico@ieptbce.com.br>

Qui, 26/05/2022 18:09

Para: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ - CORREGEDORIA <corregedoria@tjce.jus.br>

A Sua Excelência

EXMO. SR. DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO

Corregedoria Geral de Justiça

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Avenida General Afonso Albuquerque Lima, S/Nº - Cambéba – CEP 60.822-325

Assunto: Pedido de Providências. Descumprimento de prazos e inadimplentes. Bloqueio individual de serventias extrajudiciais irregulares.

O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTOS DE TÍTULOS DO BRASIL – SECCIONAL CEARÁ – IEPTB-CE, associação civil situada na Rua Monsenhor Bruno, Nº 1153, 4º Andar, Salas 416/418, Edifício Scopa Platinum Corporate, Bairro Aldeota, Fortaleza/CE, vem à presença de V. Exa., por intermédio do seu advogado, anexar OFÍCIO Nº 0153/2022, requerendo pedido de providências, nos termos do arquivo em anexo.

Com os votos de cordialidade e respeito.

Fortaleza/CE, 26 de maio de 2022.

THALYS SAVYO NUNES FREIRE

ADVOGADO – OAB/CE 37.806

OFÍCIO 153/2022

Fortaleza, 26 de maio de 2022.

A Sua Excelência

EXMO. SR. DES. PAULO AIRTON ALBUQUERQUE FILHO

Corregedoria Geral de Justiça

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Avenida General Afonso Albuquerque
Lima, S/Nº - Cambéba – CEP 60.822-325

**Assunto: Pedido de providências. Descumprimento de prazos e inadimplementos.
Bloqueio individual das serventias extrajudiciais irregulares.**

O INSTITUTO DE ESTUDOS DE PROTESTOS DE TÍTULOS DO BRASIL –SECCIONAL CEARÁ (IEPTB-CE), associação civil, inscrita no CNPJ sob o nº 05.674.774/0001-11, situada na Rua Monsenhor Bruno, Nº 1153, 4º Andar, Salas 416/418, Edifício Scopa Platinum Corporate, Bairro Aldeota, Fortaleza/CE, vem à presença de V. Exa., por intermédio do seu presidente que a esta subscreve, apresentar pedido de providências acerca da aplicação de sanções às serventias extrajudiciais por descumprimento de prazos, de acordo com previsão no Provimento 02/2022, da CGJCE, conforme a seguir delinearemos.

1. BREVE INTRODUÇÃO

A priori, é salutar destacar que a lei 9.492/1997 disciplina em seus artigos os serviços de protesto de títulos e documentos de dívida pelas serventias extrajudiciais. Em seu artigo 2º a legislação é clara ao lecionar que os serviços concernentes ao protesto, garantidores da autenticidade, publicidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, ficam sujeitos ao regime estabelecido na referida legislação.

Para mais, a atividade do protesto de título exercida pelos notariais registrais contribui, sobretudo, com a FEBRABAN, proporcionando melhorias no âmbito mercadológico concernente ao crédito. Dessa maneira, o descumprimento das normas vigentes gera, além de prejuízos as próprias serventias, trazem prejuízos ainda para os Credores/Apresentantes e à sociedade.

Dessa maneira, passar-nos-emos a seguir a delinear os motivos e fundamentos jurídicos que corroboram com o presente pedido, tomando-se por base o vigente na Lei 9.492/1997, bem como o provimento de nº 02/2022 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Ceará, a fim de que haja o correto exercício da atividade de protesto de título nas serventias extrajudiciais filiadas a este Instituto.

2. DA COMPETÊNCIA PARA FISCALIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DA CRA

Inicialmente, o Instituto de Estudos e Pesquisa de Protesto de Títulos do Brasil – Seccional Ceará (IEPTB/CE) é responsável pela manutenção, gerenciamento e administração da CENPROT, essencial à atividade de protesto de título no Estado do Ceará, nos termos do art. 16 do Provimento nº 86/2019 do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 16. A CENPROT será operada, mantida e administrada conforme deliberação da assembleia geral dos tabeliães de protesto de títulos, podendo ser delegada à **entidade nacional representativa da categoria.**

Além disso, o recente Provimento nº 02/2022 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Ceará, especificamente na seção IV, subseção I, art. 216, que trata da competência do IEPTB/CE na distribuição, recebimento e repasse de títulos por meio da Central de Remessa de Arquivos (CRA), afirma que é dever do IEPTB/CE a realização da distribuição dos documentos de forma automatizada, garantindo critérios de quantidade e de qualidade, com o objetivo de viabilizar a atividade prestada pelas serventias extrajudiciais.

Art. 216. O Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil – IPTBCE, por meio da Central de Remessa de Arquivos – CRACE, no envio dos títulos ou documentos de dívidas recebidos aos Distribuidores de Protesto, deverá realizar

uma automação de distribuição dos documentos, garantindo os critérios de quantidade e qualidade.

Inclusive, acertadamente esclarecido no art. 185 do referido diploma, este Instituto arcará com os custos e responsabilidades do desenvolvimento, da implantação, da manutenção e, sobretudo, da operação do sistema da CRA, esse de utilização obrigatória pelos tabelionatos de protesto de títulos do estado do Ceará.

Art. 185. O IEPTB-Ce arcará com os custos e com as responsabilidades do desenvolvimento, implantação, manutenção e operação do sistema, viabilizando a necessária segurança da informação dos dados trafegados por meio do sistema envolvido.

Concatenado a isso, o art. 2º do Provimento 107/2020 do Conselho Nacional de Justiça determina que os custos da operação, gestão e aprimoramento dos serviços prestados por este Instituto deverão ser ressarcidos pelos tabeliães de protesto de títulos devidamente vinculados.

Art. 2º Os custos de manutenção, gestão e aprimoramento dos serviços prestados pelas centrais devem ser ressarcidos pelos delegatários, interinos e interventores vinculados as entidades associativas coordenadoras.

Diante do exposto, considerando as atribuições desta entidade, inclusive na operacionalização e automação do exercício da atividade de protesto de títulos do estado do Ceará, sempre com fito de efetivá-la de modo qualitativo e eficiente.

Urge a necessidade, portanto, de evidenciar à Vossa Excelência a existência de percalços que obstem o exercício do protesto de maneira plena, apresentando, ainda, possíveis soluções, atendendo à razoabilidade e proporcionalidade, com o objetivo de proporcionar a devida eficiência no desempenho das atribuições a este Instituto, delegadas.

Assim, a seguir deliniremos a os citados problemas bem como proposta de solução efetiva.

3. DO ATRASO NO CUMPRIMENTO DE PRAZOS PELAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

A priori, destaca-se a existência de várias serventias que, reiteradamente, descumprem os prazos previstos na Lei 9.492/1997 e especialmente especificados no Provimento de nº 02/2022 da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Ceará.

Desse modo, explicitaremos abaixo cada etapa do protesto de título a ser observado pelo Cartório, com os seus devidos prazos e previsões legislativas, desde a distribuição até o efetivo repasse ao apresentante.

De início, o art. 22 do Provimento nº 02/2022 afirma que os títulos apresentados ou distribuídos no horário regular, deverão ser protocolizados no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, sempre obedecendo à ordem cronológica de entrada, podendo os cartórios distribuidores verificar através da CRA a existência de títulos distribuídos para o seu Ofício.

Art. 22. Todos os títulos e documentos de dívida apresentados ou distribuídos no horário regulamentar serão protocolizados no prazo de vinte e quatro horas, e deverão obedecer à ordem cronológica de entrada, sendo irregular, em qualquer situação, o lançamento no livro de protocolo depois de expedida a intimação.

Ato contínuo, após o apontamento, deve o tabelionato proceder com a intimação do devedor no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, conforme endereço informado pelo apresentante.

Art. 80. Nas 24 (vinte e quatro) horas que se seguirem ao apontamento, o tabelião expedirá a intimação ao devedor, no endereço informado pelo apresentante do documento.

Frustrada a intimação por meio postal, ou seja, não sendo o AR (Aviso de recebimento) devolvido pelos correios no prazo de **15 (quinze) dias**, deverá o Cartório proceder com a intimação via edital.

§ 5º Considera-se frustrada a intimação por meio postal quando o aviso de recepção (AR) não for devolvido pelos correios no prazo de quinze (15) dias, contados da postagem da intimação, ficando nesta hipótese autorizada a intimação por edital.

Residindo o devedor fora da sede da Comarca, em lugar incerto ou ignorado, em endereço desconhecido, ou na ausência de pessoa capaz para receber a intimação, essa poderá ser feita por meio de Edital, vide art. 84,

Art. 84. A intimação por edital, em qualquer caso, deverá ser feita, se:

I - o devedor ou seu endereço for desconhecido;

II - o devedor estiver em lugar incerto ou ignorado;

III - não houver pessoa capaz que se disponha a receber a intimação e assinar o aviso de recepção no endereço fornecido pelo apresentante;

IV - o devedor for residente ou domiciliado fora da sede do tabelionato, na forma do §5º do artigo 3º do Provimento nº 87/2019 do CNJ;

Feita a intimação, terá a serventia extrajudicial 03 (três) dias úteis para realizar a lavratura e registro do título de protesto ou documento de dívida, conforme a inteligência do art. 95 e art. 117, I, do Provimento 02/2022. Veja:

Art. 95. O prazo para lavratura do protesto é de 3 (três) dias úteis, contados da protocolização do título ou do documento de dívida e na contagem desse prazo exclui-se o dia da protocolização e inclui-se o do vencimento.

Art. 117. O protesto será lavrado e registrado:

I - dentro de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação do devedor, quando não ocorra o pagamento”.

Para mais, efetivado o pagamento da dívida pelo devedor protestado, deve o tabelião proceder com a quitação do protesto e a entrega do título, devendo ainda colocar o valor pago à disposição do apresentante no primeiro dia útil subsequente, nos termos do §1º do art. 106 do Provimento nº 02/2022 CGJCE.

Art. 106. O tabelião, recebendo o pagamento, passará a quitação e entregará o título.

§1º No ato de recebimento do crédito bancário, o tabelião de protesto dará a respectiva quitação, e **o valor devido será colocado à disposição do apresentante no primeiro dia útil subsequente.**

Destaca-se, ainda, que é obrigatória a verificação pelo Tabelião da existência de pedidos de cancelamento ou desistência do título no site da CRA-CE, que estão disponíveis todos os dias, até as 16 (dezesseis) horas.

Para mais, o retorno dos títulos deve ocorrer de forma diária, até as 11h45min, contendo todas as informações e ocorrências referentes aos títulos e documentos de dívidas protocolizados, tais como pagamento, protesto, irregularidade etc.

Art. 191. Os arquivos que tramitarem no sistema da CRA terão as seguintes denominações:

I - “Remessa”, consiste no arquivo enviado à CRA pelo apresentante (bancos, procuradorias ou outros conveniados) que será enviado ao Serviço/Ofício Distribuidor de Protesto da Comarca, contendo as indicações dos títulos e outros documentos de dívida enviados a protesto;

II - “Confirmação”, consiste no arquivo enviado pelo Serviço/Ofício Distribuidor de Protesto da Comarca à CRA, após a leitura do arquivo remessa com o objetivo de confirmar a protocolização dos títulos e documentos de dívida enviados a protesto;

III - “Desistência”, consiste no arquivo enviado pelo apresentante à CRA e disponibilizado ao Ofício Distribuidor/Tabelionato de Protesto da Comarca, contendo as desistências do pedido de protesto formuladas pelos apresentantes com os respectivos documentos;

IV - “Retorno”, consiste no arquivo enviado pelo Ofício Distribuidor/Tabelionato de Protesto da Comarca à CRA, contendo as ocorrências dos títulos e documentos de dívida protocolizados (pago, protestado, retirado, irregular ou sustado judicialmente);

V - “Cancelamento”, consiste no arquivo enviado pelo apresentante e disponibilizado pela CRA ao Distribuidor/Tabelionato contendo as autorizações de cancelamento de protesto lavrado.

Neste diapasão, é possível verificar através da CRA a existência de **descumprimento dos prazos a serem observados**, inclusive por mais de 60 (sessenta) dias, em desconformidade com o mandamento legal vigente.

Percebe-se, por tanto, que os prazos descritos no Provimento nº 02/2022 perfazem a somatória de, no máximo, 22 (vinte e dois) dias para a realização da atividade de protesto, considerando o momento da distribuição até o efetivo repasse de valores ao apresentante, se houver.

Por tanto, qualquer prazo que ultrapasse 22 (vinte e dois) dias, estará a serventia em descumprimento ao que determina o Provimento 02/2022, da CGJCE.

4. DA AUSÊNCIA DE CONTRIBUIÇÃO COM A CENTRAL

Além do descumprimentos com os prazos previstos, constata-se, ainda, a existência de Cartórios que não efetuam o repasse de contribuição junto ao Instituto de Estudo de Protesto de Títulos do Brasil, inclusive à Seção Ceará (IEPTB-CE).

Conforme exarado acima e nos moldes do art. 2º do Provimento nº 107/2020 do Conselho Nacional de Justiça, os custos da manutenção, gestão e aprimoramento dos serviços exercidos por este Instituto deverão ser ressarcidos pelos delegatários vinculados.

Além disso, o **Provimento nº 02/2022 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará**, elenca, em seu art. 184 e seguintes, **a responsabilidade do IEPTB-CE na manutenção e desenvolvimento das atividades na Central de Informações de Protesto (CERINFO)**.

Veja:

Art. 184. O Instituto de Estudo de Protesto de títulos do Brasil – Seção Ceará (IEPTB/CE) criou a Central de informações de protesto – CERINFO, sem nenhum ônus para o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, com objetivo de:

I – Criar um banco de dados contendo todos os protestos válidos lavrados pelos Tabeliães de Protesto do Estado do Ceará e permitir, mediante simples inserção de CPF ou CNPJ, consulta gratuita a usuários acerca da existência ou não de protestos válidos lavrados em desfavor de pessoas físicas ou jurídicas;

II – Permitir o recebimento por meio eletrônico dos pedidos de protesto de título e outros documentos de dívida encaminhados pelas procuradorias públicas, estabelecimentos bancários e outros apresentantes cadastrados;

Art. 185. O IEPTB-CE arcará com os custos e com as responsabilidades do desenvolvimento, implantação, manutenção e operação do sistema, viabilizando a necessária segurança da informação dos dados trafegados;

Não obstante a isto, verifica-se que diversos cartórios, mesmo ciente dos valores que deveriam ser repassados a este Instituto, permanecem inertes, passando a onerar demasiadamente, a manutenção, aprimoramento e o desenvolvimento de suas atividades, bem como prejudicando as demais serventias que cumpriram pontualmente com as suas obrigações.

Portanto, urge a necessidade de que V. Exa. **de adoção de medidas sancionatórias a estas serventias, conforme será proposto no tópico seguinte.**

5. DA NECESSIDADE DO BLOQUEIO DE ACESSO À CENTRAL DE REMESSA DE ARQUIVOS (CRA) – REINCIDÊNCIA NO DESCUMPRIMENTO DE PRAZOS

Diante do exposto, o enfrentamento aos problemas acima elencados é medida que se impõe, especialmente para o desenvolvimento de forma efetiva das atividades de distribuição e protesto de títulos não só por este Instituto, mas também pelas serventias extrajudiciais que se encontram regulares e em perfeito funcionamento.

Sabe-se que o desempenho das atribuições pelo IEPTB/CE é devidamente pautado na Eficiência, Proporcionalidade e Imparcialidade, a fim de promover o efetivo exercício da distribuição e protesto de título de forma quantitativa e qualitativa, nos termos do art. 216 do Provimento nº 02/2022.

Nesse viés, o art. 6 do Provimento 02/2022 diz que é competência privativa do tabelião o cumprimento das etapas elencadas no tópico 2 para a realização do protesto, devendo, portanto, observar os prazos legais especificados, somados ao art. 4º que determina o exercício da função de modo autêntico, público, seguro e eficaz.

Art. 4º O Tabelião de Protesto de Títulos, profissional do direito dotado de fé pública, exercerá a atividade notarial que lhe foi delegada, de modo a garantir a autenticidade, publicidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos, e tendo sido atendida a rogação, não poderá negar-se a realizar atos próprios da função pública

que lhe foi confiada, salvo impedimento legal ou qualificação notarial negativa, de forma expressa, por escrito e motivada.

Art. 6º Compete privativamente ao Tabelião de Protesto de Títulos, de acordo com a ordem de serviço da serventia extrajudicial:

I - protocolizar os títulos e outros documentos de dívida;

II - intimar os devedores dos títulos e outros documentos de dívida para aceitá-los, devolvê-los, datá-los ou pagá-los;

III - acolher a devolução ou o aceite e receber o pagamento do título e outros documentos de dívida, dando quitação;

IV - lavrar e registrar o protesto;

[...]

Destarte, diante dos descumprimentos, o IEPTB/CE adotou medidas sancionatórias, tal qual o **bloqueio da distribuição de documentos ou títulos para a comarca onde se encontre o cartório inadimplente e em situação irregular no cumprimento de prazos por período demasiado.**

É nítido que o descumprimento de prazos do procedimento de protesto é medida grave que prejudica não só o credor, mas também à própria segurança jurídica e eficiência do procedimento. Além disso, a ausência de contribuição financeira com o IEPTB/CE torna a atividade onerosa, podendo inviabilizar as suas atividades e os recursos necessários para a sua atuação.

Ocorre, Exa., que por ocasião da Organização Extrajudicial do Estado do Ceará, ter a atribuição do Cartório Distribuidor de títulos, impossibilita o bloqueio específico da serventia infratora, mas sim o bloqueio de toda a comarca ao sistema da Central de Remessa de Arquivos (CRA), o que **gera consequências negativas à toda Comarca, e especialmente àquelas serventias que estão atuando de forma regular** e em atenção às determinações legais.

Portanto, propõe-se a esta Colenda Corregedoria a **possibilidade de bloqueio ao acesso da serventia extrajudicial irregular e inadimplente ao sistema da Central de Remessa de Arquivos (CRA) de forma individual**, sendo permitido a redistribuição dos títulos para as demais serventias regulares, obedecendo os mesmos critérios de distribuição quantitativo e qualitativo dos títulos.

Empós isso, regularizada a situação do Cartório, esse terá novamente concedido o seu acesso pleno à CRA, não sendo cerceado das suas atribuições *ad infinitum*.

Por conseguinte, por ser medida razoável e proporcional, eivada de imparcialidade, faz-se necessário o estabelecimento de critérios objetivos para que ocorra o bloqueio individual do Ofício, qual seja, **o descumprimento de qualquer prazo previsto no Provimento nº 02/2022 da CGJCE, bem como esteja inadimplente com a contribuição do Instituto de Estudo e Pesquisa de Protesto de Título do Brasil – Seccional Ceará.**

Certos da atenção de sua Excelência, colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais e aguardamos posicionamento desta Casa Censora quanto à aceitação dos requerimentos ora apresentados.

Aproveitamos a oportunidade para renovar os votos de estima e consideração.

Nestes termos, pede e espera deferimento.



SAMUEL VILAR ALENCAR ARARIPE
PRESIDENTE

LUCAS FRANÇA
ARARIPE CARIRI:
02952484325

Assinado digitalmente por LUCAS FRANÇA ARARIPE CARIRI:
02952484325
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=IPTB e-CPT AS, OU=HEM BRANCO, OU=128193000170,
CN=LUCAS FRANÇA ARARIPE CARIRI 02952484325
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2022.05.26 15:18:10-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.1.0

LUCAS FRANÇA ARARIPE CARIRI
DIRETOR

Assinado de forma digital
por THALYS SAVYO NUNES
FREIRE
Dados: 2022.05.26 10:47:49
-03'00'
THALYS SAVYO NUNES FREIRE
ADVOGADO OAB/CE 37.806